

INCLUSÃO NO ENSINO MÉDIO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL À PRAXIS DOCENTE, NA FORMAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

JOELMA CARVALHO DOS SANTOS
ELIZETH SOUZA DA CRUZ DE MELO

RESUMO

Este estudo aborda o processo de inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular das escolas públicas brasileira. O objetivo deste projeto é analisar a práxis docente a partir da reflexão sócio educacionais que contribua o ser e fazer docente aos educandos deficientes da Escola Estadual José Carlos Martins Mestrinho, contribuindo na formação de alunos com deficiência a sociedade. Despertando, portanto, no foco do desenvolvimento intelectual, social e cultural dos alunos, visto que este segmento se encontra no grupo considerado em vulnerabilidade social, por conta das suas limitações e dos problemas na efetivação cotidiana das escolas públicas. Compreender, portanto, os educadores no fazer pedagógico diferenciado em realizar projetos e metodologias diferenciadas para amenizar essa dificuldade, mesmo dependendo da informação e formação docente continuada, das poucas literaturas e projetos de políticas públicas voltadas ao tema de forma escassa. A educação inclusiva no ambiente escolar é uma realidade e responsabilidade de todos os envolvidos no processo de ensino, requerendo fortalecimento a partir do comprometimento da comunidade interna e externa e das autoridades governamentais em garantir a aplicabilidade das leis que lhes são garantidas por lei.

Palavras Chaves: Deficiência; Discente, Docentes Inclusão; Práxis.

SUMÁRIO

RESUMO.....	1
SUMÁRIO	2
1. OBJETIVO GERAL	3
2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	3
3. INTRODUÇÃO.....	4
4. JUSTIFICATIVA.....	5
5. REFERENCIAL TEÓRICO	7
6. METODOLOGIA	12
6.1 Contexto da Investigação	12
6.2 Concepção do Projeto	13
6.3 Enfoque da Investigação	13
6.4 Alcance	13
6.5 População e Amostra da Pesquisa	14
6.6 Sujeito e sua Deficiência.....	14
6.7 Amostra e Procedimentos	14
7. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS	16
7.1 Análises com os Alunos	16
7.2 Análises com os Professores	18
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24
ANEXOS	26

1. OBJETIVO GERAL

- Desenvolver diálogos sócios educacionais que contribua na formação de alunos com deficiência na rede pública do Estado do Amazonas.

2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer nas literaturas científicas e documentos legais que respalda a inclusão e formação de alunos com deficiência na rede pública de ensino;
- Realizar palestras e debates em rodas de conversas sobre a inclusão de alunos com deficiência com a comunidade escolar;
- Analisar relatos de experiências de alunos com deficiência no processo de inclusão nas escolas públicas;

3. INTRODUÇÃO

Esse projeto surgiu do interesse dos docentes em auxiliar no ensino aprendizagem os alunos com deficiência do ensino regular na Escola Estadual José Carlos Martins Mestrinho, a um grupo social que tem crescido atualmente na busca do conhecimento intelectual nos espaços escolares.

Desta forma, o apoio dos docentes juntamente com o corpo administrativo, empenharam-se em dialogar, construir e realizar ações efetivas através desse projeto incluindo alunos deficientes na formação como cidadão social de igual qualidade entre os demais. Uma mobilização que interagiu a família e a escola em expor as dificuldades e apresentar opiniões favoráveis ao sucesso desses alunos no ensino aprendizagem.

A realização desse projeto sobre a inclusão dos deficientes no contexto escolar se deu na medida em que essa instituição vivencia no dia a dia essa necessidade que afeta docentes, discentes, o corpo administrativo, serviços gerais e familiares e tentar integrar esse grupo sem indiferenças, apesar dos obstáculos existentes ao seu redor.

É importante frisar que esse projeto foi realizado através de pesquisas bibliográficas, observação de campo e ações como: palestras sobre línguas de sinais, braile; debates entre os docentes e discentes; relatos de experiências dos portadores de deficiência nas salas de aulas e nas apresentações e rodas de conversas sobre a aprendizagem inclusiva com a comunidade interna e externa.

Em virtude do que foi mencionado, essas ações foram consideradas positivas a comunidade escolar, sendo um conhecimento necessário e valioso acrescentado na práxis dos profissionais em educação; aos pais que sentem-se mais seguros aos observarem a práxis docente como os maiores incentivadores desses processo; aos órgãos públicos em terem mais atitudes e aprovarem projetos em favor dos portadores de deficiência, amenizando as dificuldades existenciais, sem esquecer a importância da qualificação dos educadores que atua diretamente com a educação inclusiva.

4. JUSTIFICATIVA

Muito se discute a importância sobre 'inclusão', e recentemente, segundo dados estatísticos, observa-se um aumento no quantitativo de alunos com alguma deficiência cursando o ensino médio nas escolas públicas. Segundo o Censo escolar do MEC de 2015 o percentual era de apenas 0,8% do total de matrículas neste nível de ensino. Sendo, um percentual significativo, pois representa 62 mil, em números absolutos, ou seja, cerca de 8 milhões de alunos. Apesar do número expressivo, especialista na área, reconhecem que o processo de inclusão vem crescendo em toda etapa da educação básica, mas não acontece com a mesma força no ensino médio. De acordo com as pesquisas da revista aprendizagem em foco (2016),

...No primeiro ciclo do ensino fundamental, os alunos com deficiência correspondem a 2,9% do total de matrículas, proporção que diminui para 1,8% na segunda etapa deste nível de ensino, atingindo apenas 0,8% no ensino médio. Os dados sinalizam que, apesar dos avanços ao longo dos anos, muitos estudantes vão ficando pelo caminho e abandonam as escolas.
p. 01

Apesar de todos os desafios do processo de inclusão na rede regular de ensino, observa-se segundo os dados de pesquisas recentes, que o acesso e permanência desses alunos continuam avançando lentamente, com matrículas em salas de aula consideradas normais. Os resultados, são inerentes ao avanço das diversas políticas públicas para garantir os direitos de crianças e jovens deficientes à classe escolar regular. Pois, no ano de 2008, foi aprovada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Percebe-se que esta Política segue as diretrizes legais estabelecidas em níveis internacional e nacional, preconizadas, entre outras referências, pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), de 2006. Reforçando esse debate, na revista aprendizagem em foco, destaca ainda que a política para alunos com deficiência deve,

Atuar, por meio dos professores responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) e de serviços e recursos ofertados nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), em favor da eliminação e minimização dos efeitos excludentes das barreiras de qualquer natureza (físicas, arquitetônicas, comunicacionais, sociais e atitudinais) que dificultem ou impeçam a convivência e a aprendizagem dos estudantes com deficiência em turmas comuns. p.03

Embora haja um aparato legal e as políticas educacionais que orientem o processo de inclusão de estudantes com alguma deficiência, há o baixo nível de aprendizagem, que leva a reprovação e ao abandono, que atinge uma boa parte dos estudantes, mas com maior impacto para os que possuem alguma deficiência, transtornos globais ou com altas habilidades, para estes os desafios são maiores para sua permanência no espaço escola.

Diante do exposto, acredita-se que o projeto irá contribuir para a inserção social do indivíduo com deficiência na perspectiva de cidadania ativa. Pois, o projeto surgiu a partir da reflexão do fazer docente, no processo de alunos com deficiência visual e dificuldade mental leve. Visto que este segmento da população, encontra-se no grupo considerado em vulnerabilidade social, por conta das suas limitações e por outro lado, as políticas públicas para este segmento, ainda está em fraca expansão.

Isso sem contar que há professores preocupados com estudantes deficientes visuais e consideram importante o debate, a pesquisa e o fazer pedagógico diferenciado ao lidar com alunos com deficiência, no processo de inclusão, pois na maioria das vezes falta informação, formação docente e até mesmo sensibilidade para a questão.

Neste sentido, a proposta do projeto visa dialogar com os professores que contribuam em minimizar ou mesmo superar os impactos do processo de inclusão no contexto educacional, permitindo que o próprio aluno deficiente forneça informações que favoreçam a sua escolarização por meio de palestras e com profissionais que estão preparados para atuar no campo da inclusão educacional. Pois, no que tange aos direitos fundamentais básicos de acordo com a constituição de 1988, e as políticas afirmativas, o aluno deficiente é um sujeito de direitos e como tal tem direito ao acesso e permanência na escola, sendo atendido com educação de qualidade.

Logo o projeto traz a discussão, o processo de inclusão na etapa de ensino médio regular, para sensibilizar a relação direta e óbvia na perspectiva de melhoria educacional para alunos com deficiência, ou seja, significa pensar a garantia da autonomia desse sujeito em obter o direito de viver com dignidade, que o conduza a galgar novos conhecimentos, que o permitam adentrar ao campo universitário, com perspectivas na valorização do ensino e no seu desenvolvimento social.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

A sociedade na atualidade, tem buscado novas formas desafiadoras em lidar com as deficiências dentro do ambiente escolar, esse acesso por direito continua provocando inquietações aos docentes e discentes em meio as técnicas e metodologias a serem praticadas.

A história nos revela precisamente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, assegurar novas diretrizes a Educação Especial, estabelecendo que a educação seja direito de todos e dever do Estado e da família e todos devem ter igualdade de condições para o acesso e permanência na escola sem nenhum tipo de discriminação. (BRASIL, p. 2). Porém, o deficiente ainda passa por preconceitos e dificuldades, mas, apresenta ainda um caminhar de conquistas e mudanças nas atitudes das pessoas que lidam com essa questão.

Considerando a política nacional para pessoas com deficiência, no campo da educação, está vinculado à educação especial atuar, por meio dos professores responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) e de serviços e recursos ofertados nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), na perspectiva de minimização e superação dos efeitos excludentes das barreiras de qualquer natureza (físicas, arquitetônicas, comunicacionais, sociais e atitudinais) que seja um obstáculo ou mesmo dificultem a convivência e na aprendizagem dos estudantes com deficiência em salas de aulas do ensino regular.

Para tanto, o arcabouço legal e das políticas educacionais orientaram a inclusão dos estudantes com deficiência físicas ou mental nas turmas comuns das escolas públicas. Mas, tal processo esbarra num conjunto de problemas, que afetam a educação básica brasileira como um todo, com forte repercussão no ensino médio, uma clientela que almeja concluir no ensino regular e ter a possibilidade de serem inclusas no mercado de trabalho ou nas universidades.

As dificuldades mais pertinentes é o baixo nível de aprendizagem ao longo do ensino fundamental; a rejeição dos colegas de classe; a falta de conscientização do docente em repassar o conteúdo ao deficiente, esses e outros problemas, cujas consequências, gera reprovação e abandono escolar. Neste aspecto, a problemática não se restringe apenas aos estudantes com deficiência, transtornos sociais ou falta de domínio dos conteúdos, mas as barreiras tendem a ser maiores para esta população.

Por outro lado, existem as barreiras econômicas que afetam de maneira mais intensa a população com alguma deficiência, desestimulando-os a continuarem buscando conhecimento escolar, por vezes nota-se situações intrínsecas ao próprio ambiente escolar como apoio da comunidade interna de forma ativa e especializada e ainda o acompanhamento de pais compromissados com a aprendizagem e a vida futura dos filhos. SOUZA, ROMERO (2014), relata que no ano de 1954, no Rio de Janeiro, foi criada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, baseadas em um trabalho de educação e reabilitação. Pessoas compromissadas com um ensino promissor a qualquer indivíduo, independentemente das diferenças.

Os desafios em questão revelam-se ainda na própria organização curricular, fragmentada em disciplinas estanques, passando por práticas pedagógicas massificadoras, orientadas pela ideia de que todos os alunos aprendem ao mesmo tempo e da mesma forma, o que não é verdade. Neste sentido, “ênfatisou a necessidade de uma abordagem centrada na criança objetivando a garantia de uma escolarização bem-sucedida para todas as crianças”. (BRASIL, 1994, p. 8). Percebe-se, com isso, um enorme desafio da democratização do acesso e permanência ao sistema escolar, pois a cada ano vem acentuando-se ainda mais e em especial para os jovens com deficiência.

Sendo necessário pensar e agir para a superação de uma escola que prepara seus estudantes apenas para vestibulares, processos seletivos e outros nestas perspectivas futuras. Mas, pensar o sujeito na sua formação integral, pois os saberes são múltiplos e um novo olhar sobre a avaliação desses saberes, deve ser dimensionado, em especial aqueles alunos que apresentam alguma deficiência.

Percebe-se assim que o professor de AEE pode desempenhar um papel essencial no sentido de eliminar barreiras, a fim de favorecer o desenvolvimento, a aprendizagem, bem como a convivência e o compartilhamento de interesses entre os estudantes, independentemente de terem deficiência ou não. O que exige trabalho coordenado com os professores da sala comum, apoiando-os no sentido de propor estratégias, recursos e tecnologias que eliminem ou minimizem as barreiras existentes na escola e que impedem a convivência, o desenvolvimento e a aprendizagem entre todos os alunos.

Apesar da relevância deste profissional, percebe-se que é um dos grandes desafios, promover a interação do professor de AEE com os docentes da sala comum,

no ensino médio, em função da tendência de fragmentação do currículo e, conseqüentemente, do grande número de professores.

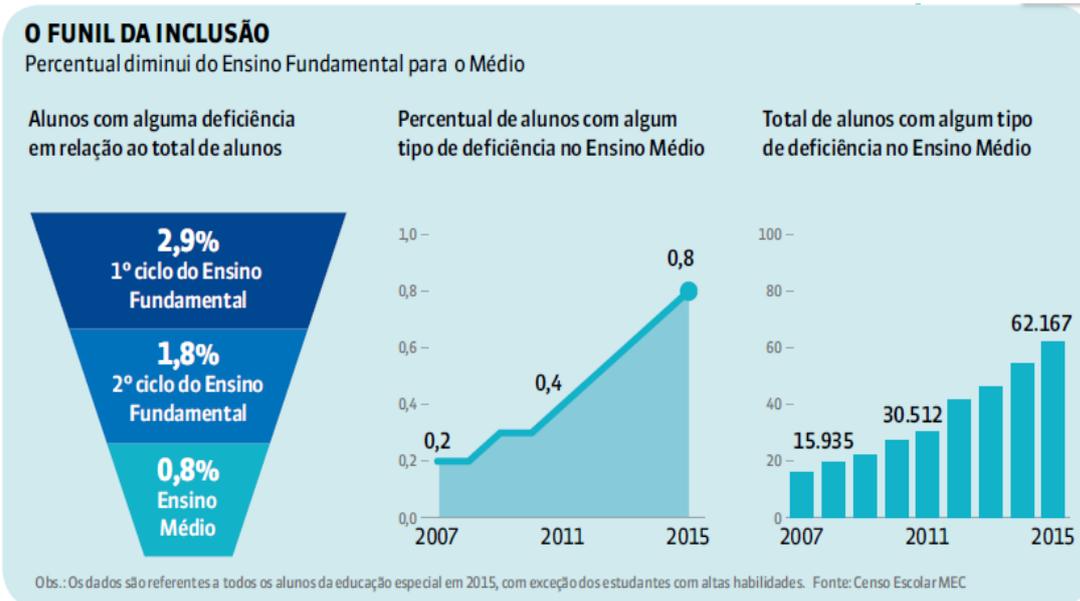
A superação desse desafio depende do nível das políticas educacionais, de uma reformulação do ensino médio que contemple de forma mais incisiva e integrada a educação de alunos com deficiência, à medida que o trabalho é desenvolvido no ambiente escolar. Carvalho (2008) relata que quando falamos em educação inclusiva, logo vem à mente um pressuposto, que o professor é fundamental no sucesso ou fracasso do aluno com deficiência. Esse processo envolve desde o gestor até o auxiliar de serviços gerais de forma intensa e prazerosa a atender as necessidades dessa clientela.

Pois neste processo, é fundamental considerar as diferenças e especificidades dos alunos atendidos no AEE, buscando-se alternativas e soluções adequadas para cada caso. Afinal, as necessidades e possibilidades de dois adolescentes com síndrome de Down são distintas, assim como entre estudantes com baixa visão ou com deficiência física.

Considera-se de grande relevância ao trabalho coletivo, que envolva toda a equipe escolar, tendo o contato direto com o aluno, plano pedagógico individualizado para o estudante, desenvolvimento de estratégias e recursos adequados, bem como o compartilhamento de conhecimentos e experiências entre professores, coordenadores e técnicos. Pois a verdadeira inclusão escolar deve ser colaborativa e desencadear um movimento em torno do aluno, para que ele se sinta acolhido, motivado e participante do processo ensino aprendizagem.

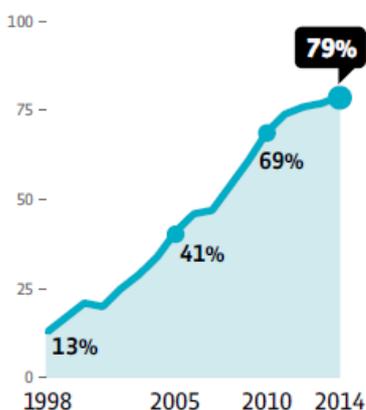
Neste aspecto o gestor escolar é um ator importante para estimular e apoiar uma inclusão de fato verdadeira, visto que exerce posição de liderança capaz de garantir que a inclusão permeie as diretrizes e práticas educacionais da instituição. Fomentando assim, entre os integrantes da equipe escolar e a comunidade de pais a visão de garantia a equidade e o respeito às diferenças como valores da própria escola. Os dados abaixo nos mostram os avanços e desafios da educação de alunos com deficiência ao longo dos anos.

Gráfico: O Funil da Inclusão



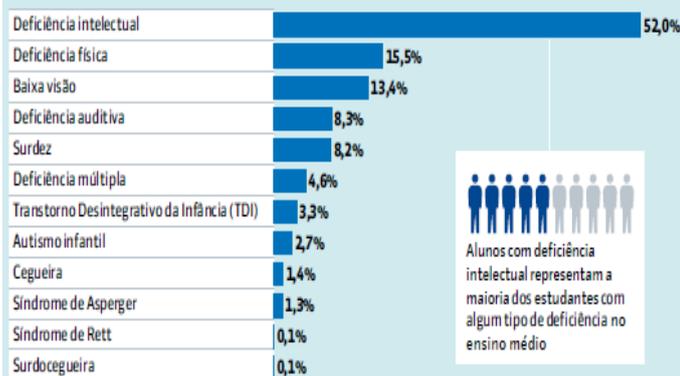
Fonte: institutounibanco.org.br

ALUNOS COM ALGUMA DEFICIÊNCIA EM CLASSES REGULARES



Fonte: Censo Escolar MEC

TIPOS DE DEFICIÊNCIA IDENTIFICADAS NO ENSINO MÉDIO



Obs.: A soma é superior a 100% pois um aluno pode ter sido diagnosticado com mais de uma deficiência. Fonte: Censo Escolar MEC

Fonte: criança.mppr.mp.br

Diante dos dados apresentados na pesquisa, aponta-se um aumento no atendimento de educando com alguma deficiência. E entende-se de acordo com a política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e

paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. Conforme aponta a legislação em vigor, no que tange a educação especial, pois em seu artigo 3º da Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001 especifica que:

Por educação especial, modalidade da educação escolar entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais e especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL- MEC/SEESP, 2001, p. 1)

Portanto, a diversidade deve ser respeitada e valorizada em âmbito nacional e internacional, beneficiando a sociedade em geral. Daí a importância do papel da escola em definir atividades e procedimentos de relações, que envolvam alunos, funcionários, corpo docente e gestores, para que possibilite espaços inclusivos, de acessibilidade, para que todos possam fazer parte de um todo, isto é, que as atividades extraclasse nunca deixam de atender os alunos com deficiência. Conforme MADER (1997), é necessário construir uma política de igualdade com seriedade e responsabilidade, possibilitando ações significativas e de qualidade na prática de educação inclusiva.

6. METODOLOGIA

Para a obtenção de um projeto conciso usamos alguns procedimentos facilitadores de cada etapa percorrida. Portanto, de início foi trabalhado as pesquisas bibliográficas pontuando artigos, livros e materiais disponíveis na internet sobre a práxis docente e a inclusão do aluno deficiente no contexto escolar, corroborando em bases concretas para um novo conhecimento científico, bem como a observação dos alunos portadores de deficiência matriculados na escola pesquisada.

6.1 Contexto da Investigação

Diante do tema, dos questionamentos e os alcances de cada meta pré-estabelecida, nos motivou a realizar esse projeto na Escolas Estadual José Carlos Martins Mestrinho, situada na Avenida Benjamim Constant, número: 3735, Bairro: Santo Antônio. CEP: 69103104, Zona Leste da cidade. Telefone: 994379850 / (92) 3521-3007 – Código do INEP: 13035240 - E-mail: escolacarlosmestrinho@gmail.com

A escola foi criada pelo Decreto Lei nº.11.344 de 04 de agosto de 1988, publicado no Diário Oficial no dia 05 de agosto de 1988, no governo do Exmo.sr. Governador do Estado do Amazonas Amazonino Armando Mendes, na administração do Exmo.sr. Secretário da Educação e Cultura, José Melo de Oliveira, e do Exmo.sr. Prefeito de Itacoatiara Mamoud Amed Filho.

Neste ano de 2019 a escola encontrar-se com 28 turmas de alunos: Matutino: 10 turmas, vespertino: 10 turmas e noturno: 08 turmas, em média são 35 a 38 alunos por sala. Perfazendo num total de 985 alunos. A Escola conta com um quadro de funcionários distribuídos em: 01 secretário, 02 assistentes administrativos, 06 merendeiras, 05 auxiliares de serviços gerais, 02 vigias por turno, 44 professores, 02 pedagogos, 01 gestor. Nessa instituição, em sua maioria, são efetivos através de concursos públicos, com exceção de alguns professores que são contratados respaldados pelo processo seletivo simplificado do estado.

As dependências da escola estão distribuídas em dez salas de aula amplas, climatizadas, uma biblioteca, dois banheiros, sala de secretaria, sala de diretoria, sala de professores, laboratório de ciências, um almoxarifado, área verde, refeitório, pátio interno e quadra de esporte. Ainda segundo dados do Censo/2018, o prédio usufrui dos serviços prestados pela prefeitura da cidade com uma Infraestrutura abrangendo

alimentação escolar para os alunos, água e energia da rede pública, fossa, lixo destinado à coleta periódica e acesso à Internet. Segundo o PPP apresentado, a Escola possui os seguintes equipamentos, TV, DVD, copiadora, retroprojetor, impressora, copiadora, tela de projeção, caixa amplificadora, microfones e computador de uso administrativos.

Enfim, a escola é um lugar agradável e de boas relações humanas e seguem objetivo, metas e missão estipulados pelo corpo administrativo e pedagógico, da forma que contribua no conhecimento da cliente matriculadas e da sociedade itacoatiarense. Logo, a importância da dinâmica desenvolvida na escola e fora dela conduz ao aperfeiçoamento de uma sociedade mais justa e íntegra perante os homens.

6.2 Concepção do Projeto

Na busca por um estudo interessante, organizado e de fácil entendimento, buscou-se procedimentos claros e objetivos a serem realizados como: pesquisa bibliográfica, observação de campo, sendo que FONSECA (2002), comenta sobre a pesquisa de campo, que se caracteriza pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos e pesquisa.

6.3 Enfoque da Investigação

A forma de abordagem foi qualitativa, por proporcionar o contato direto com o aluno deficiente, os colegas de classe e os profissionais que atuam nessa instituição de ensino, trazendo a sociedade como está sendo realizada a práxis docente com os desafios em questão. Segundo SAMPIERI (2014), relata que la investigación cualitativa proporciona profundidad a los datos, dispersión, riqueza interpretativa, contextualización del ambiente o entorno, detalles y experiencias únicas. Asimismo, aporta un punto de vista “fresco, natural y holístico” de los fenómenos.

6.4 Alcance

O alcance do projeto foi exploratório, por termos o momento inicial de realizar um levantamento da literatura sobre a temática, proporcionando mais informações

para esclarecimentos detalhados do tema a que se pesquisa. Outro aspecto para alcançar nossas metas foi o enfoque descritivo, trabalhando as técnicas para coleta de dados através da observação, registros e análises dos fatos. FONSECA (2008), afirma que na pesquisa descritiva os fatos são observados, registrados e analisados, sem que o pesquisador interfira neles

6.5 População e Amostra da Pesquisa

Os principais sujeitos da pesquisa são os alunos que apresentam deficiência e atualmente estão matriculados na rede estadual de ensino da referida escola e os docentes que ministram aulas nas salas desses discentes.

6.6 Sujeito e sua Deficiência.

Erival Peixoto Batista (Cegueira de ambos os lados);
Adriane Fonseca de Almeida (Cegueira de ambos os lados);
Andreza Fonseca de Almeida (Baixa visão);
Arlon Deodato da Silva (Deficiência Mental Leve);
Jenifer Karoline Silva de Castro (Baixa Visão do Lado esquerdo);
Maria Clara Rebouças de Oliveira (Nanismo)

6.7 Amostra e Procedimentos

As amostras e procedimentos desse projeto discorreram com a realização de palestras sobre línguas de sinais, braile; manipulações de materiais produzidos a partir de matéria de baixo custo por professores pesquisadores da área de inclusão no ensino médio, para dar visibilidade a todos os alunos inclusive aos deficientes da Escola Estadual José Carlos Martins Mestrinho.

Outro fator existente foram as apresentações de conscientização e aprendizagens em sala de aula com alunos e professores sobre inclusão, mediados por educandos com deficiência, disponibilizando oportunidade de relatos de experiências com os estudantes da própria escola. Cada etapa desse projeto e da coleta de dados foi criteriosamente registrada e organizada, com intuito de posteriormente apresentar a comunidade escolar.

Em outro momento tivemos as ações pedagógicas através de rodas de conversas sobre a aprendizagem inclusiva, coletando opiniões de professores, servidores da escola, familiares e visitantes que tiveram a oportunidade de contribuir com trocas de informações.

Por fim, a apresentação do projeto e seus resultados na feira interdisciplinar a sociedade itacoatiarense foi a culminância, considerado o ponto mais alto do projeto, pois atingiu o maior número de pessoa que receberam informações que favoreceram no conhecimento, na atitude e no comportamento dos indivíduos, especialmente a reflexão sobre o papel do professor em realizar suas aula de forma inclusiva.

7. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa realizada sobre um diálogo a práxis dos docentes sobre a inclusão dos discentes portadores de deficiência nas escolas públicas e para isso, adotou-se um estudo qualitativo com enfoque exploratório e descritivo, conhecendo um pouco das literaturas bibliográficas, debates com profissionais em educação e relatos de experiências com alunos portadores de deficiência no processo de inclusão das escolas públicas no ensino regular. Díaz (2009) relata que a educação inclusiva tem sido uma preocupação mundial, em que organizações internacionais e nacionais se mobilizam para assegurar que a escola, instituição responsável pela educação, possa receber e promover um ensino de qualidade a todos que nela ingressam.

As pessoas que fossem deficientes eram excluídas da sociedade por causarem défices baixos no rendimento escolar e por não termos docentes preparados para enfrentar essa situação e ainda outros obstáculos que prejudicariam acelerar a aprendizagem dos outros em sala. Por muito tempo o oferecimento desse ensino era excluído e desvalorizado, gerando preconceitos e discriminação, principalmente por aqueles desinformados desse contexto.

7.1 Análises com os Alunos

Um momento especial realizado nesse projeto foi a técnica executada pela 'roda de conversas', com a presença de alunos, professores, coordenadores na CREI e outros visitantes interessados ao tema. Um dos alunos relatou que: *“Na roda de conversas eu achei bastante produtivo, porque geralmente nunca tinha visto isso aqui na cidade com roda de conversas sobre a inclusão, nós escutamos muito falar de inclusão, mas inclusão que muitas vezes só fica no papel. Porque falar de inclusão é fácil, agora desenvolver um projeto para tratar sobre essa questão é meio complicado.”*

Em virtude do que está sendo mencionado, compreende-se que a sociedade deve colocar em prática o que está apenas no papel, trazer para a realidade resultados ou soluções que construa vidas futuras. Outro relato interessante do aluno deficiente dizendo que: *“Muitas das vezes falamos de inclusão, mas, a escola não está preparada para receber.... muitas das vezes o aluno tem que se adequar a escola na*

marra, mas, não foi o meu caso, pois quando eu cheguei nessa escola o Paulinho disse..., olha aqui é o corredor e dá acesso ao banheiro, para cá e o refeitório... e assim fui escutando tudo e só bastou uma vez..., pois não é todo dia que temos alguém para nos ajudar.”

A partir do momento em que o deficiente decide matricular-se numa escola pública, o mesmo sabe que muitos desafios deverão ser superados, portanto, deve sentir-se querido, deixando transparecer uma interrelação de confiança, companheirismo e compartilhamento de informações comuns e saberes escolares com o outro. O aluno deficiente achou importante relatar que: *“Neste ano ganhei uma professora auxiliar, também chamada de ‘professora auxiliar da vida escola’ para me ajudar na aprendizagem, e gostei muito.”*

Em vista das situações apresentados, entende-se que, a cada aula ministrada, seja ela biologia, inglês, geografia, física, ou qualquer outro componente curricular, depende muito de como é transmitido esse conhecimento. Pois, a recompensa desse processo surge ao receber um feedback do aluno, sabendo que o mesmo absorveu esses saberes de forma diferenciada, porém, aceitável como real e contínuo ao processo de ensino.

Dentre os relatos de experiência de vida temos um pequeno resumo de um aluno deficiente que protagoniza sua história,

Nasci numa vila próximo ao município de Maués- Am, e ainda criança adquiri glaucoma congênita e perante os erros médicos fui operado danificando o nervo ótico e acabei ficando cego, mas, apesar desse problema não me considero uma pessoa infeliz.

Com oito anos de idade minha mãe faleceu e passei a morar com minha tia e até então não sabia que existia aula para cegos. Depois, através de amigos descobri que existia uma associação de deficientes em Manaus e passei a frequentar a Escola Joana Rodrigues Vieira, nesse local eram matriculados somente alunos com deficiência visual. Minha tia só pôde me levar até a sala somente no primeiro dia, no segundo dia ela teve que me deixar na porta.... então fiquei nervoso e tive que me virar sozinho e foi uma enorme aprendizagem nessa escola de dois andares, mas, era tudo sinalizado, facilitando meu caminho e acabou me preparando para a vida.

Mais tarde nos mudamos para a cidade de Itacoatiara e fui matriculado na Escola Estadual João Bosco, aprendi o braile que facilitou muito minha vida de estudante. Agora, estou estudando o segundo ano de ensino médio na Escola Carlos

Mestrinho e me sinto realizado como estudante e tenho um bom relacionamento com os alunos, professores, serviços gerais e o meu querido gestor.

Levando-se em consideração esses aspectos analisados, sabemos que as diversidades religiosas, biológicas, linguísticas e étnicas, são frequentes em todos os lugares, contudo essa multiplicidade revela as características de cada grupo no seu habitat. Depende, portanto, do entendimento do indivíduo saber atuar de forma construtiva nesse processo, mesmo que a escola não esteja preparada para atender esse público especial, devem buscar meios que facilite esse contato pois não se pode ficar alheio a uma situação real e crescente no espaço escolar.

Quando se houve o relato do aluno deficiente em dizer: *“A deficiência limita a gente de algumas coisas, mas, quando a gente quer superar os obstáculos, enfrentar as barreiras... nós conseguimos.* Esse estímulo deve ser disseminado como um trampolim de superação a qualquer indivíduo que luta pelos seus sonhos.

Diante do exposto, sabemos que a maioria das escolas públicas não estão preparadas para oferecer educação inclusiva, talvez pelas políticas públicas educacionais não estarem tão claras à mente da comunidade escolar e/ou a falta de comprometimento dos profissionais em realizar metas que as próprias leis predizem, concernente à educação inclusiva. Os anseios a essa questão é que as escolas sejam reestruturas, planejadas e adaptadas as necessidades especiais.

7.2 Análises com os Professores

A realidade nos mostrou que os professores tiveram mais conhecimento da importância de inclusão do aluno deficiente, porém, não estão totalmente capacitados a lidar com essa situação, sendo necessário uma conscientização contínua, assim como, conquistá-los a executarem metodologia diferenciadas na sua práxis de ensino, com flexibilidade as necessidade físicas e psicológicas existentes nas salas de aula. Porém, os docentes estão mais cautelosos em ‘como proceder e como transmitir’ os conhecimentos a essa clientela tão especial como qualquer outro aluno.

O relato do professor-1 na Escola José Carlos Mestrinho afirma que: *“Nós sentimos dificultada em passar os conteúdos aos alunos, mas, com certeza da minha parte e dos outros professores, nos esforçamos ao máximo através de dinâmicas, músicas e atividades orais e outras maneiras que se tenha interação com eles.... assim, eles ficam mais à vontade em falar na sala, em conversar com outras pessoas*

até mesmo durante a apresentação de trabalhos.... Mas mesmo assim, ainda falta muito a nós professores trabalharmos com eles, pois ainda falta uma capacitação e local adequado para si trabalhar.”

As parcerias de ‘amigos da escola’ em aceitar naturalmente o aluno deficiente, juntamente com ‘professor acompanhante’ auxiliam positivamente tanto no aspecto teórico, psicológico e emocional de cada dia desse indivíduo, preparando-o a enfrentar as dificuldades de aprendizagem e sentir-se disposto ao convívio social. Segundo Mantoan (2006 apud STRIEDER, 2013, p. 33) “o ato de inclusão vai muito além do simplesmente colocar o diferente dentro da escola normal, implica torná-lo parte do processo de aprendizagem, porque é reconhecido em suas diferentes formas de aprender”.

Dentre os relatos dos docentes realizados durante o projeto também é possível analisar a fala do professor-2, dizendo: *“Falar de inclusão é lembrar meu passado durante a graduação, nós tivemos duas disciplinas me preparando para isso.... Foram as disciplinas de ‘Libras’ e a ‘Educação Inclusão’, mas, confesso que não foi suficiente, pois quando chegamos na escola de ensino médio e nos deparamos com essa clientela..... temos uma dificuldade em apresentar nosso conhecimento e transmitir, por não saber se comportar diante deles, pois temos alunos deficiente visual, deficiente auditivo e.... ai... digo que nosso município tem carências nesses profissionais. Para ser sincero os profissionais que saem das licenciaturas não querem se especializarem nessa área por medo, por ser uma dificuldade imensa em poder desenvolver um trabalho corretamente diante dessa clientela.”*

Observa-se que o conhecimento teórico adquirido na graduação não é suficiente quanto se depara a prática com uma realidade completamente diferente, principalmente ao se deparar com aluno deficiente. Essa é uma das principais preocupações em haver formação continuada. De acordo com Nascimento (2009),

“Na medida em que a “orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos nos vários níveis de ensino”. (p.4)

Ainda convém lembrar que a prática dos educadores como pesquisadores, em encaminhar os alunos numa constante formação profissional, intelectual e social, independentemente dos obstáculos a serem enfrentados, devem ser pontos de ligação a novas atitudes transformadoras para o bem-estar social. Quando o docente

competente se depara com um aluno deficiente, intuitivamente busca caminhos facilitadores para planejar aulas diversificadas, metodologias diferenciadas e recursos didáticos que auxiliem na inclusão e aprendizagem do discente.

Para Mantoan (2004, p. 79) “ensinar, realmente não é uma tarefa simples, exige novos conhecimentos, e que muitas vezes contradizem o que lhes foi ensinado e o que utilizam em suas práticas.” De acordo com a fala do professor-3 diz que: *“Como professor do ensino médio, sinto muita dificuldade em lidar com alunos deficientes junto com alunos normais, mas, dou o máximo para transmitir os conteúdos a esses amiguinhos que tanto precisam da gente.”*

Para Beyer (2006), a escola deve atuar no papel de inclusão e ser capaz de atendê-los em suas situações pessoais e, cujas características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isto deve se dar sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas.

A história é marcada de lutas e conquistas em ter uma educação inclusiva de qualidade. Segundo Miranda (2003), os movimentos sociais vieram em busca de direitos a pessoa com deficiência, conquistas de forma significativa ao reforçar a inclusão na sociedade. Nessa perspectiva, todos os alunos devem ser inseridos na vida social e educativa e a sociedade deve estar mais preparada e consciente a lidar com a formação desse grupo social. Um entendimento louvável, mas, não está a nível da realidade das escolas públicas, pois no relato do professor-4, diz: *“Eu me vejo inapto em ensinar os assuntos, pois não fomos preparados para atender esses alunos com deficiência... isso dificulta o aprendizado deles, pois além de não estarmos preparados, não temos um ambiente favorável e nem materiais próprios para a aprendizagem deles.” (professor)*

As práticas educativas em consonância a inclusão e respeito à diversidade na Escola José Carlos Mestrinho tem a pretensão de planejar, pontual e executar ações registradas em Projeto Político Pedagógico (PPP), o crescimento da equidade na aprendizagem dos educandos através da solução aos problemas ocasionados pela exclusão e desrespeito à diversidade. Segundo Prieto (2006), com o grande aumento de alunos com deficiência às classes comuns, o sistema de ensino vem exigindo investimentos, melhores formações para assegurar permanência e aprendizagem de alunos com deficiência

Portanto, a educação inclusiva nas escolas da rede pública, no que diz respeito aos educandos e a práxis docentes vem paulatinamente lutando em obter uma

participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, aspirando urgentemente a formação docente para atuar com alunos deficientes; a conquistar materiais pedagógicos a serem utilizados pelos deficientes; a terem docentes preparados para esta inclusão; a terem uma escola sinalizada adequadamente e possuírem móveis adaptáveis a realidade de cada estudante com deficiência;

Enfim, esse projeto sem dúvida foi fundamental a Escola José Carlos Mestrinho, conhecendo sua cliente e sabendo desempenhar um papel construtivo e contínuo na inclusão e formação de ensino aprendizagem as diversidades de alunos que buscam conhecimento nessa instituição de ensino.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de inclusão dos alunos deficientes nas escolas regulares ainda é um desafio enfrentado por todos os envolvidos, situações inconstantes que geram desconforto a cada etapa que se deseja alcançar e nos estudos realizados através desse projeto, houve um esclarecimento das principais necessidades que podem ser realizadas com esforço, dedicação e compromisso pelos profissionais atuantes nas instituições de ensino.

Cada escola apresenta uma realidade distinta com obstáculos a serem vencidos durante o ano, assim, cabe ao poder público desenvolver estratégias de cunho emergencial na qualificação dos profissionais com conhecimentos específicos da Educação Especial, pois são os principais atores que lidam diretamente com o aluno deficiente; cabe também a escola desempenhar seu papel de construtora do conhecimento, realizando projetos escolares que atraia a família como parceira atuante ao desenvolvimento das metas pré estabelecidas; divulgar as ações que deram certas a outras instituições no intuito de expandir as técnicas e metodologias contribuintes a inclusão e o ensino aprendizagem dos alunos deficientes.

Uma das principais ações com o final do projeto deste ano, foi a formulação de um documento respaldado com as leis em vigor, requerendo junto as autoridades competentes a formação docente específica aos que trabalham com alunos deficientes no ensino médio regular. Após a coleta do maior número de assinaturas com docentes e alunos da escola pesquisada e de outras escolas situadas na cidade, assim como, a comunidade local. Em seguida, foi protocolado na Coordenadoria Regional de Itacoatiara (CREI), para estarem cientes dessas ações e podermos receber apoio de abrangência municipal (Câmara Municipal de Itacoatiara) e estadual (Secretaria de Educação do Estado - SEDUC), almejando, portanto, chegar na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM).

Então, a busca por uma escola de fato inclusiva e de recursos destinados a essas questões, nos mostrou alternativas já existente, por exemplo, quando o Censo escolar aponta a existência de alunos deficientes na escola, automaticamente há verbas através da Associação de Pais, Mestres e Comunidade (APMC), direcionada aos suportes necessários daquele ambiente escolar como: adaptação do banheiro escolar; existência de piso tátil; identificação das repartições da escola; móveis adaptáveis a realidade de cada estudante com deficiência; recursos didáticos

pedagógicos de aprendizagem; formação de qualificação específica aos docentes; a presença permanente de professor assistente e outros recursos que devem ser de conhecimento da escola, para que realmente seja executado positivamente.

Contudo, a coordenação pedagógica interligada a práxis docente, tem a finalidade de flexibilizar a melhor adaptação no planejamento curricular, com intuito de transmitir os conhecimentos nos diferentes componentes curriculares, atendendo as necessidades de aprendizagem dos alunos deficientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEYER, Hugo Otto. **Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas.** In Baptista, Cláudio Roberto... [et al]. Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal (1988).** Rio de Janeiro: FAE, 1989.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Os direitos das pessoas portadoras de deficiência.** Brasília, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** Brasília: MEC, 1996, p. 58.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: CNE/CEB, 2001.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva. O acesso de alunos com deficiência às escolas e classe comum da rede regular.** 2ª ed. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Brasília, 2004.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.611. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Brasília, 2011.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2/2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.** Brasília, 2015.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** Porto Alegre: Mediação, 2008.

DÍAZ, Félix, BORDAS, Miguel, GALVÃO, Nelma, MIRANDA Theresinha, organizadores; autores, Elias Souza dos Santos... [et al.]. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas.** - Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <http://www.ufjf.br/acessibilidade/files/2009/07/Educacao-Inclusiva.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2016.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, P. **Metodología de la investigación.** 6ta. ed. México: Mc Graw Hill, 2014.

MADER, **Gabrielle. Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma.** São Paulo, Memnon, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Caminhos pedagógicos da Educação Inclusiva.** In: GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (Orgs). Caminhos pedagógicos da Educação Especial. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MEC. **Aprendizagem em foco. Equidade inclusão aumente, mas acesso ao ensino médio ainda é desafio.** Instituto Unibanco. Publicação quinzenal, nº 15 – ago., 2016. Disponível: <http://institutounibanco.org.br/espaco-do-conhecimento/aprendizagem-em-foco>. Acesso em 20 de abril de 2019

Melo, Elizeth Souza da Cruz de. **Inclusão da produção dissertativa como estratégia do processo ensino aprendizagem e de avaliação na disciplina de Língua Inglesa do Ensino Médio na Escola José Carlos Martins Mestrinho – AM.** Universidad Del Sol – UNADES, 2018

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A prática Pedagógica do Professor de alunos com Deficiência Mental.** UNIMEP, 2003. Disponível em: <http://histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis15/art1_15.pdf >. Acesso em: 31 de julho de 2016.

PRIETO, Rosângela Gavioli. **Formação de profissionais da educação para trabalhar com o atendimento de alunos com necessidades educacionais no sistema regular de ensino.** In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** 2.ed. São Paulo: Summus, 2006.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOUZA, Sirlene Brandão de; ROMERO, Rosana Aparecida Silva. **Educação Inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual.** Disponível em: <http://www.pucpr.breventoseducereeducere2008anaispdf447_408.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2016.

UNESCO – Organização das nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura / Ministério da Educação e Ciência da Espanha / Coordenadoria nacional para Integração da pessoa portadora de deficiência. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília, 1994.

ANEXOS

Apresentação do Projeto aos Pais Pedagoga Joelma Carvalho



Apresentação do Projeto aos Alunos

Gestor: Oderlan Glória de Souza



Convite da Roda de Conversas sobre Inclusão



Grupos de estudo com textos sobre Inclusão



Os principais autores desse projeto.



Apresentação do Projeto na XVI Feira Interdisciplinar e XII Literária das Escolas Estaduais de Itacoatiara- 2019



**CARTA ABERTA À COMUNIDADE ESCOLAR – ITACOATIARA -
AMAZONAS/BRASIL
OLHARES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Num processo de pesquisa, discussão e apresentações de trabalhos na área da inclusão, de deficientes na rede pública de ensino, observou-se a imensa lacuna, entre teoria e prática, no fazer pedagógico e docente para trabalhar com alunos deficientes na rede regular de ensino, pois há limitações de pessoal, materiais pedagógicos e formação docente específica para aqueles que trabalham com este público.

Neste aspecto busca-se fomentar práticas educativas para gestores/as e educadores/as sob a ótica da inclusão e respeito à diversidade por meio de ações cujo planejamento e execução estejam relacionados às necessidades pontuais ou já registradas no PPP das escolas, bem como corroborar com o crescimento da equidade na aprendizagem dos educandos através da efetiva busca de solução para os problemas ocasionados pela exclusão e desrespeito à diversidade, contribuindo assim, para a efetiva redução das desigualdades sociais e regionais na busca de uma sociedade livre, justa e solidária.

CONSIDERANDO o que prevê a Constituição Federativa do Brasil em seu artigo 3º, (Art. 3º), constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - Garantir o desenvolvimento nacional; III - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Neste aspecto, constitui-se um dos objetivos fundamentais previstos na Carta Magna a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, contudo, em concernente às políticas públicas educacionais voltadas à educação inclusiva, pode se ver no contexto atual, que as escolas regulares não foram criadas e nem planejadas para acolher os alunos com deficiências de âmbito intelectual, ou seja, foram padronizadas para atingir metas educacionais daqueles de padrões “normais”. Ainda que, a escola, nas últimas décadas, de forma tímida, tenha buscado oportunizar propostas educativas ao público comumente excluído.

CONSIDERANDO ainda no art. 208 da CF, como o Estado deve proceder com relação aos alunos com deficiência: “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede

regular de ensino [...]”. Em **1996, a Lei 9.394 no cap. V, art. 58**, propõe que a educação especial deva ser ofertada na rede regular de ensino para “educandos portadores de necessidades especiais” e, no **art. 59, a rede escolar deva oferecer “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas para atender às suas necessidades”** para dinamizar o fazer pedagógico e alcançar o percentual desejado nos índices de aprendizagem dos educandos e amenizar, senão solucionar os problemas ocasionados pela exclusão.

CONSIDERANDO a Lei 13.146/2015-Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência em seu Art. 2º (Art. 2º) que Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

CONSIDERANDO o § 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: (Vigência)

I - Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III - A limitação no desempenho de atividades; IV - A restrição de participação.

Assim sendo, para desenvolver um trabalho tendo por base o atual contexto da educação inclusiva nas escolas da rede pública, no que diz respeito aos educandos/as e docentes que lutam para obter uma participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, busca-se a:

- Formação docente para atuar com alunos com deficiência;
- Materiais pedagógicos para serem utilizados pelos deficientes, com docentes preparado para esta finalidade;
- Escolas preparas para receber os estudantes deficientes, devidamente sinalizadas;
- Moveis adaptáveis a realidade de cada estudante com deficiência, seja ela de qualquer natureza;

CONSIDERANDO os impedimentos, limitações e fatores diversos descritos na Lei 13.146/2015 que devem ser considerados na avaliação da deficiência, em se tratando do direito à educação, a mesma lei, em seu artigo 27 (Art. 27), caput, assegura que: A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. O aprendizado ao longo de toda a vida em todos os níveis e modalidades é uma incumbência do poder público, bem como o aprimoramento dos sistemas educacionais visando a institucionalização do atendimento educacional especializado e implementação de práticas pedagógicas inclusivas por meio de programas de formação inicial e continuada de professores e contínua oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado conforme a demanda no contexto atual.

